

# “Dívida externa funciona como um escudo para o Brasil”

por Cristina Borges  
do Rio

As medidas protecionistas do governo norte-americano às importações brasileiras só não são ampliadas porque o pagamento da dívida externa brasileira depende do superávit da balança comercial e os Estados Unidos são o principal parceiro do Brasil, disse ontem o advogado e ex-conselheiro para assuntos de comércio internacional da Comissão de Finanças do Senado norte-americano, Leonard Santos, durante palestra a empresários fluminenses na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). “Se a dívida externa funciona como um escudo para o Brasil, é bom não esquecer que a reserva de mercado para a informática não é bem aceita por nós. Quanto mais o

Brasil deve, mais os EUA podem justificar a concessão de vantagens comerciais, mas quando o Brasil restringe a informática, os argumentos perdem forças”, afirmou o advogado.

## TEMOR DOS EUA

Os congressistas norte-americanos que acompanham os problemas brasileiros temem pelo sucesso do processo de redemocratização do País, revelou Santos, acrescentando que “é insustentável a renegociação da dívida sem a garantia de que a política brasileira vá mudar. O Plano Cruzado foi mal administrado e o ministro Dilson Funaro perdeu a credibilidade. O “laissez faire” do governo brasileiro não é adequado para a renegociação da dívida. Há preocupações quanto à instabilidade social no Brasil, que precisa obter êxito na eco-

nomia para solucionar positivamente as questões políticas”, disse Santos.

O Congresso norte-americano está debatendo questões relativas ao comércio externo, que terão reflexos sobre o Brasil. Santos adiantou que os parlamentares estão propondo reduzir o poder do presidente dos EUA para decidir os valores das tarifas alfandegárias e ampliar a legislação anti-“dumping” e contra os subsídios aos produtos importados. O advogado afirmou que os EUA não aceitarão contratos comerciais com empresas estatais de outros países, a não ser sob o compromisso de que o tratamento será igual ao dado às empresas privadas. “Se as exportações das estatais causam danos à economia norte-americana, será outra razão para que os EUA protejam sua indústria doméstica”, destacou Santos, lembrando que 70% da economia brasileira é estatal.

Leonard Santos considerou como “barreiras desleais” os impedimentos feitos pelo Brasil e por outros países aos produtos norte-americanos, afirmando que “não vamos aceitar restrições desses países. O Brasil precisa de capital e a proteção que faz à informática e à indústria farmacêutica e à de química fina dificultam os investimentos estrangeiros. A reserva da informática é ineficiente pelo mau uso dos recursos, já que estamos trinta anos à frente (e representa uma perda de mercado para os EUA). Se o Brasil quiser continuar a vender tem de permitir a entrada dos EUA”, disse ele.

Sobre a renovação das linhas de crédito de curto prazo com os bancos norte-americanos, que se encerra no dia 31 próximo, Santos disse que os empréstimos foram feitos com bancos privados, sem que o governo do seu país fosse consultado. “Nossa política é de não intervir, mas chegou a um ponto em que o governo dos EUA tem interesse no processo democrático brasileiro. O Brasil precisa adotar medidas para reduzir a inflação e facilitar os investimentos estrangeiros”, destacou Santos.